

Recesso esvazia o plenário e texto não é debatido

Josemar Gonçalves



O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) preside uma sessão da Constituinte, pela primeira vez, e faz pose para fotografias

Classificação de emendas adia início da votação do 2º turno

O 2º turno de votação na Constituinte começará no dia 26 e não no dia 21, como estava previsto. É que a Mesa da Constituinte precisará de mais um dia para classificar as emendas apresentadas, o que fará com que o início da votação caia numa sexta-feira, que nunca dá quorum na Constituinte. Como nas segundas-feiras o quorum também é baixo o certo mesmo é que votação só ocorra no dia 26. Essa constatação foi feita ontem em uma reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães com as lideranças do PMDB na Câmara, Senado e Constituinte, além de parlamentares do partido que coordenam o trabalho de avaliação do texto constitucional.

A reunião durou 4 horas e não chegou a ser conclusiva, segundo o deputado Ulysses Guimarães. O único ponto fechado foi a manutenção da eleição em dois turnos para as cidades com mais de 200 mil eleitores. O presidente da Constituinte disse que o dispositivo é democrático e vai acostumar a população a votar mais conscientemente, já que o princípio vale também para as eleições de governador e Presidente da República, essa última a ser realizada no próximo ano.

Justificativa
O atraso no início da votação do 2º turno foi revelado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). De acordo com Fogaça, finalizado o prazo de apresentação de emendas, a secretaria-geral da Mesa da Constituinte precisará de dois dias para analisá-las e classificá-las, ao invés de 24 horas previstas, porque muitas das propostas são repetitivas. Além disso o relator Bernardo Cabral deverá usar integralmente o prazo de 5 dias para dar seu parecer. Como o início da votação estava previsto para o dia 21, uma quinta-feira, com o acré-

Juros e anistia, os maiores alvos

No segundo dia para apresentação de emendas, ontem, das 331 propostas protocoladas, a maioria visa a suprimir no segundo turno de votação o tabelamento dos juros reais a 12% ao ano e ampliar a anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais.

O prazo para apresentação de emendas termina às 24 horas de segunda-feira. Hoje e amanhã o recebimento de propostas será feito das 9h00 às 18h00.

Outra preocupação dos constituintes é a de derrubar o dispositivo que prevê o segundo turno nas eleições municipais, nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

Já o deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) pretende suprimir o artigo estabelecendo que os decretos-leis que não forem votados até a data da promulgação da nova Constituição serão considerados rejeitados.

Nas questões trabalhistas, o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) se propõe a suprimir a jornada de trabalho de seis horas nos turnos ininterruptos. Telmo Kirst (PDS-RJ) quer limitar o direito de greve, enquanto o seu colega José Egreja (PTB-SP) visa a derrubar a imprescritibilidade dos direitos dos trabalhadores rurais. O deputado Orlando Bezerra (PFL-CE) propõe o fim da licença-paternidade de oito dias.

Anistia
Os deputados Mário Assad (PFL-MG) e Onofre Cordeiro apresentaram emendas, separadamente, pretendendo derrubar o limite máximo de cinco mil OTNs para a anistia aos micro e pequenos empresários. Assad defende ainda, em outra proposta, a eliminação de dispositivo prevendo que o proprietário de mais de cinco módulos rurais não terá direito ao perdão da dívida.

O deputado Milton Reis (PMDB-MG) e o seu colega Sotero Cunha (PDC-RJ) querem suprimir a limitação dos juros reais em 12% ao ano.

O deputado Ricardo Izar pretende ver o voto aos 16 anos suprimido da nova Constituição, enquanto o senador Carlos Alberto (PTB-RN) deseja suprimir dispositivo que proíbe a censura.

cimo de mais um dia, essa data cairia no dia 22, uma sexta-feira, que nunca tem quorum para a sessão. O mesmo acontece na segunda-feira, dia 25, assim só na terça-feira, dia 26, terá início a votação do 2º turno.

Na reunião, que foi precedida de um almoço, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, fez sugestões em relação a alguns dispositivos trabalhistas do texto constitucional. Pazzianotto se mostrou favorável a pluralidade sindical — mais de um sindicato por cada categoria profissional — ao contrário do que está no projeto, que estabelece apenas uma entidade classista por categoria, tanto na área trabalhista como patronal.

O deputado Nelson Jobim, líder do PMDB na Constituinte, voltou a afirmar que o seu partido não vai aceitar a supressão das conquistas alcançadas no 1º turno de votação, principalmente na questão dos direitos sociais, que vem sendo combatida por setores conservadores. Admitiu, no entanto, que poderá haver algumas concessões, como a licença de paternidade, que poderia ficar apenas como princípio na Constituinte, sendo o seu

prazo estabelecido por lei. No projeto votado no 1º turno ficou fixado que essa licença será de 8 dias. Outro ponto que o PMDB também poderá ceder é em relação ao turno ininterrupto de 6 horas diárias. O texto prevê o turno como jornada máxima e a solução, segundo a avaliação feita ontem, é se retirar a expressão máxima e deixar apenas o princípio, ficando a critério das convenções coletivas de trabalhadores e empregadores estabelecer o limite.

Matérias repetitivas

O relator Bernardo Cabral disse que dará parecer contrário a 70% das 142 emendas apresentadas no primeiro dia. Segundo ele, há muitas emendas repetitivas, principalmente no direito de propriedade, juros de 12% ao ano e turno ininterrupto de 6 horas. Os líderes do PMDB na Constituinte, Câmara e Senado, se reúnem neste fim de semana, separadamente, com seus assessores, para avaliarem melhor o texto e apresentarem sugestões do que é possível suprimir no 2º turno. Esse trabalho será levado a Ulysses na segunda-feira.

ivaldo Cavalcante



Bernardo Cabral (C) já se manifestou contra 70% das propostas

Ulysses quer justiça social

O deputado Ulysses Guimarães, ao conceder ontem entrevista coletiva como Presidente da República, primeiro reclamou da cadeira, muito baixa — "assim não vejo bem meus inimigos lá na frente" — para depois afirmar, tendo ao lado o ministro do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, que as conquistas sociais, estabelecidas pelo projeto constitucional, deverão ser mantidas durante a votação do segundo turno.

O Governo do presidente José Sarney, a quem Ulysses está substituindo desde o último dia 30 — ele "devolve" o cargo amanhã — pretende suprimir do projeto de Constituição diversos dispositivos, inclusive os que asseguram jornada diária de seis horas de trabalho e também licença de 120 dias para a mulher gestante. Foi olhando para o ministro do Gabinete Civil que o Presidente interino afirmou: "Aquilo que, for progressista, moderno, contemporâneo, aquilo que for pela justiça social, eu entendo que será mantido".

O que importa realmente, segundo Ulysses Guimarães, é concluir o mais rapidamente possível a elaboração do projeto constitucional, porque "há muitos preceitos aí que vão beneficiar milhões de brasileiros, e não se

TST pede alteração na Carta

O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, recebeu em audiência no Palácio do Planalto o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Marcelo Pimentel, que sugeriu a alteração no artigo 117, parágrafo 2º do texto novo apresentado pelo deputado Bernardo Cabral. A Constituinte aprovou uma disposição que suprime os recursos de divergência para TST.

Segundo o ministro Marcelo Pimentel "a função do TST é harmonizar as jurisprudências, as divergências entre as regionais. Se não há este recurso, cada regional decidirá de uma maneira, e isso será passível de revisão, porque vai transformar um direito do trabalho num direito estadual, criando,

efetivamente, uma situação de absoluto caos nas relações do trabalho".

Após o encontro o ministro Marcelo Pimentel disse que o presidente em exercício, Ulysses Guimarães está de pleno acordo com a reivindicação.

Marcelo Pimentel, condenou também a inclusão, no capítulo dos Direitos Sociais da nova Constituição, de alguns benefícios aos trabalhadores que, no seu entender, vão limitar as negociações entre patrão e empregado.

Para ele, além de não ser matéria constitucional, o turno ininterrupto de seis horas, por exemplo, vai também gerar problemas financeiros nas empresas.

Deputado diz que disputará a reeleição

O deputado Ulysses Guimarães previu que na convenção nacional do PMDB, marcada para o próximo dia 21 de agosto, haverá disputa entre duas chapas — uma que encabeçará com candidato a reeleição, e outra de um grupo ligado aos históricos que se recusam a entrar no acordo que está coordenando. Ele fez esta previsão ao deputado Roberto Rollemberg que foi ao Planalto despedir-se antes de assumir a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo.

Segundo Rollemberg, Ulysses está procurando montar uma chapa "a mais ampla possível", mas se as resistências se mantiverem, "a disputa será inevitável". Ele já manteve contatos com todos os governadores do PMDB e, segundo adiantou, até da parte do governador Waldir Pires sentiu que poderá organizar uma chapa que reúna praticamente o consenso do PMDB.

Ulysses considerou a convenção nacional como o "primeiro round" da sucessão presidencial, apesar de considerar ainda "prematura" discutir isso. Na entrevista coletiva que deu no Planalto, Ulysses defendeu que a convenção "fortaleça o PMDB" e que seja "uma convenção de abrangência". Depois da convenção, virá a eleição municipal, como segundo round.

"Históricos" estão organizando chapa

Na próxima semana, os históricos do PMDB que trabalham para assumir o controle da direção partidária na convenção nacional, marcada para 21 de agosto, darão início a negociações junto ao grupo de cerca de 50 parlamentares ligados ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, para tentar conquistá-los para a chapa que organizam com vistas a disputar com o Centrão. Eles querem que sua chapa para o diretório nacional esteja pronta até o dia 25.

Nos seus contatos com os ulysistas, os históricos tentaram um acordo de modo a garantir aos progressistas maioria no diretório e na comissão executiva nacional. Aditem, também, incluir na chapa do diretório cerca de 20 parlamentares que, apesar de terem assinado o manifesto do Centrão, votaram com as teses progressistas em ocasiões consideradas importantes.

As articulações para a composição da chapa para a executiva vão começar somente em agosto. A chapa referente ao diretório deve, de acordo com as exigências legais, ser registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 2 de agosto, 19 dias antes da data da convenção. A da executiva, por outro lado, não necessita de registro junto ao TSE, uma vez que sua composição será feita com nomes tirados da chapa do diretório.

Milton Reis tenta unir governadores

Belo Horizonte — (MG) — O presidente interino do PMDB, deputado Milton Reis, começou ontem uma jornada pelos Estados na tentativa de unir os governadores para uma chapa única do partido na convenção de agosto. O primeiro governador visitado foi o de Minas, Newton Cardoso. Na semana que vem, Milton Reis vai conversar com os governadores Miguel Arraes (PE), Orestes Quercia (SP) e Alvaro Dias (PR).

Ontem, em Belo Horizonte, Milton Reis disse que viaja em nome do deputado Ulysses Guimarães. Ele garantiu que o partido vai chegar unido à convenção, e disse que iniciou as conversações pelo governador de Minas devido à sua influência no País.

Newton Cardoso já disse que não faz questão de representação mineira na nova direção nacional do PMDB, mas o coordenador da bancada de Minas na Constituinte, deputado Gil César, luta por duas vagas na Executiva Nacional. Newton já acertou com o governador do Paraná, Alvaro Dias, o apoio ao deputado Hélio Duque (PR), para a Secretaria Geral do partido.

O recesso "branco" decretado pela Constituinte nos últimos dias novamente afastou os parlamentares da segunda sessão das cinco programadas para discussão do projeto da nova Carta, votado em primeiro turno. Em nenhum instante no plenário esteve mais que uma dezena de constituintes. Foi necessário antecipar o encerramento da sessão, pela falta de oradores. A melancólica cena será reprisada hoje, a partir das 9h30, em nova sessão.



gildásio de Senna (PSDB/BA). Na presidência, Sotero Cunha e no plenário apenas Eduardo Bonfim (PC do B-AL), que preferiu folhear o tablóide comunista Classe Operária do que escutar Senna falar sobre mapa geológico e influências meteorológicas. Durante discurso do petista Paulo Delgado, o senador Járbas Passarinho, líder do PDS, entrou no plenário, leu a pauta do dia e logo se retirou. Ninguém ao certo conseguiu explicar a rápida passagem de Passarinho pelo plenário, talvez motivada pelas pesadas críticas disparadas pelo petista à UDR e aos latifundiários ou simplesmente pela frustração de não encontrar sequer um aliado conservador para trocar idéias.

Não restou outra alternativa e logo foi formada uma pequena roda de constituintes no centro do abandonado plenário. O conservador e líder do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), tentava convencer ao liberal Adolfo de Oliveira (PL/RJ) e ao comunista Eduardo Bonfim que a propriedade produtiva era "um santuário gerador de alimentos" e por esta razão deveria ser excluída das desapropriações com fins de reforma agrária. O liberal não discorreu, mas previu que o texto carece de modificações, ao passo que o comunista logo retirou da pasta um recente relatório do MIRAD informando que, no ano passado, mais de 244 trabalhadores rurais foram mortos por milícias particulares em conflitos no campo. A roda, como esperado, rapidamente foi desfeita. Após duas preguiçosas horas, a sessão foi encerrada. (Marco Antônio Maurício)

Plenário vazio

Mas o desinteresse dos parlamentares pela discussão do projeto de Constituição, aprovado em primeiro turno, teve o seu ápice durante discurso do deputado Vir-